



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Superintendência Regional de Administração no Estado da Paraíba
Serviço de Administração e Logística
Seção de Licitações e Contratos

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

Processo Administrativo nº 10467.000019/2026-70

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS, CNPJ 00.489.828/0112-70, por meio do(a) SRA-PB-SELIC, sediado(a) EPITACIO PESSOA, 1705, bairro DOS ESTADOS, na cidade de JOAO PESSOA/PB , CEP 58030900, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: Conforme divulgado no Portal de Compras

Hora Inicial: Conforme divulgado no Portal de Compras

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços visando a aquisição parcelada de 54 (cinquenta e quatro) itens de materiais de consumo (gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, higiene pessoal, manutenção, sinalização e suprimentos técnicos), divididos em 3 (três) lotes, para atender às necessidades operacionais da Superintendência Regional de Administração na Paraíba (SRA-PB) e das demais unidades sob sua gestão administrativa. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento



Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens Lotes 2 e 3 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista



ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócio de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.



5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Marca.

6.1.2. Fabricante.

6.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de



Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Grupo 1	R\$ 500,00
2	Grupo 2	R\$ 100,00
3	Grupo 3	R\$ 50,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).



7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento. para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,



encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/pesquisa-publica/>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;



14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: mgj.sra-pb.pregao@gestao.gov.br; mgj.sra-pb.selic@gestao.gov.br; mgj.sra-pb.seal@gestao.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Superintendência Regional de Administração no Estado da Paraíba
Serviço de Administração e Logística
Seção de Licitações e Contratos

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/pesquisa-publica/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV - Termo de Ciência e concordância

João Pessoa - PB, na data da assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente

NIEDSON LUIZ DA SILVA

Superintendente Regional de Administração da SRA/PB - Substituto

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-PB

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	170050-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-PB	DARCI CHAVES ARAUJO FILHO	29/04/2026 10:26 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	7/2026	10467.000019/2026-70

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto desta contratação é a seleção de propostas para o Registro de Preços visando a aquisição parcelada de 54 (cinquenta e quatro) itens de materiais de consumo (gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, higiene pessoal, manutenção, sinalização e suprimentos técnicos), divididos em 3 (três) lotes, para atender às necessidades operacionais da Superintendência Regional de Administração na Paraíba (SRA-PB) e das demais unidades sob sua gestão administrativa.

1.2. Os bens objeto desta contratação são classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme o Decreto nº 10.818, de 2021, sendo caracterizado como material de consumo essencial para a manutenção das atividades administrativas e a garantia da salubridade das unidades atendidas.

1.4. A Superintendência Regional de Administração na Paraíba (SRA-PB) atuará como Órgão Gerenciador e Contratante, sendo responsável pela condução do certame e pela gestão dos contratos decorrentes. A contratação abrange a demanda consolidada das seguintes unidades administrativas atendidas tecnicamente pela SRA-PB:

- Controladoria-Geral da União na Paraíba (CGU-PB);
- Procuradoria da Fazenda Nacional na Paraíba (PFN-PB);
- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTB-PB);
- Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba (SPU-PB).

1.5. O custo estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

1.6. A contratação será formalizada mediante Ata de Registro de Preços, observando-se os seguintes prazos:

- Lote 1 (Higiene e Sanitização): Por constituir fornecimento de natureza contínua, o contrato decorrente terá vigência inicial de até 5 (cinco) anos, com possibilidade de prorrogação sucessiva até o limite de 10 (dez) anos (arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e Despacho nº 58935266).
- Lotes 2 e 3 (Copa, Manutenção e Apoio): Vigência da Ata de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

- 1.7.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.7.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 1.7.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 1.7.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 1.8. O objeto está dividido em 3 (três) lotes, agrupados por afinidade de mercado para garantir a economia de escala e a eficiência na gestão contratual:
- **Lote 1: Higiene e Sanitização (Itens 1 a 3).**
 - **Lote 2: Copa, Cozinha e Alimentícios (Itens 4 a 37).**
 - **Lote 3: Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio (Itens 38 a 54).**
- 1.9. A fim de mitigar custos de frete e ampliar a competitividade, as entregas serão centralizadas em João Pessoa/PB:
- **Demandas da SRTB-PB: As entregas referentes ao Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo os quantitativos das unidades de Campina Grande, Patos e Cajazeiras, serão realizadas na sede da SRTB-PB em João Pessoa.**
 - **Demais Demandas: Os materiais destinados à SRA-PB, CGU-PB, PFN-PB e SPU-PB serão entregues nas dependências da SRA-PB em João Pessoa.**
 - **A redistribuição interna para as unidades descentralizadas é de responsabilidade exclusiva de cada unidade administrativa.**
- 1.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade Ambiental

- 4.1. Além dos critérios inseridos na descrição individual dos itens, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. Produtos Celulósicos (Itens 1 e 2): Devem ser fabricados com fibras de celulose provenientes de manejo florestal sustentável ou fibras recicladas, comprovadas mediante certificação FSC, PEFC ou norma equivalente.
- 4.1.2. Sabonete Líquido (Item 3): Deve possuir tensoativos biodegradáveis e ser isento de poluentes orgânicos persistentes (POPs), em conformidade com as normas da ANVISA.

4.1.3. Logística Reversa: A contratada deverá implementar sistema de logística reversa para os recipientes de produtos químicos (tintas spray e produtos de limpeza do Lote 3), responsabilizando-se pelo recolhimento e destinação final ambientalmente adequada das embalagens vazias.

Nota Explicativa: A aquisição dos garrafões de 20L (item 48) refere-se exclusivamente ao vasilhame plástico. O recolhimento, a troca e a logística reversa de garrafões em uso é obrigação da empresa prestadora do serviço de fornecimento de água mineral envasada, não integrando o escopo desta contratação.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1. **Marcas de Referência (Qualidade):** Para os itens de copa e cozinha, especificamente o café torrado e moído (vácuo), utilizam-se como referência de qualidade as marcas **Pilão, Melitta, 3 Corações ou similar, equivalente ou de melhor qualidade**. A indicação fundamenta-se no art. 41, inciso I, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, visando facilitar a descrição do objeto e garantir que o produto entregue possua os padrões sensoriais, de pureza e de moagem exigidos pela Portaria SDA/MAPA nº 570/2022 e pela certificação de qualidade da ABIC, conforme detalhado no ETP 2/2026.

4.2.2. **Compatibilidade Técnica (Equipamentos):** Para o item de suprimento técnico (**bobinas térmicas**), a especificação deve obrigatoriamente garantir compatibilidade física e de termossensibilidade com o hardware utilizado na plataforma "**Facilita**" do **MTE-PB**. A indicação técnica de padrões de dimensão e gramatura fundamenta-se no art. 41, inciso I, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a utilização de suprimentos fora dos padrões de fabricação do equipamento pode comprometer a integridade das cabeças de impressão e a legibilidade dos comprovantes de atendimento.

4.2.3. **Padronização e Estética (Infraestrutura):** Para os itens de **Porta Guarda-Chuvas, Bandejas e Açucareiros**, a indicação de características como o acabamento em **Aço Inoxidável (Prata)** fundamenta-se no princípio da padronização e na necessidade de manutenção da harmonia estética e durabilidade dos materiais instalados nas recepções e salas de reuniões da SRA-PB e CGU-PB (Art. 43 da Lei nº 14.133/2021), garantindo a resistência à oxidação em ambiente de alta circulação.

4.2.4. **Funcionalidade e Encaixe (Higiene):** Para os itens de higiene pessoal (papel toalha interfolhado, sabonete líquido e papel higiênico), os produtos deverão possuir dimensões e viscosidade compatíveis com os **dispensers padrão** instalados nas dependências do Edifício-Sede e unidades participantes, conforme facultado pelo art. 41, inciso I, alínea "c", para evitar a necessidade de substituição onerosa de todo o parque de suportes existentes.

Da exigência de amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens: **Papel Higiênico (item 1), Papel Toalha (item 2), Café (item 4), Bobina para Senha (item 40)**.

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço da SRA-PB, no prazo limite de **15 (quinze) dias**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada a prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Papel Higiênico e Papel Toalha Interfolhado:

- Resistência Úmida: O papel não deve esfarelar ou romper-se imediatamente ao contato com a umidade, mantendo integridade mínima para o uso.
- Compatibilidade de Encaixe: As dimensões devem permitir o livre tracionamento nos dispensers instalados nas unidades da SRA-PB e demais órgãos, sem travamentos ou necessidade de ajustes manuais.
- Aspectos Físicos: Ausência de manchas, furos, odores desagradáveis ou resíduos de produtos químicos agressivos, garantindo a brancura e maciez previstas na demanda.

4.9.2. Café torrado e moído:

4.9.2.1. Hermeticidade e Preservação (Vácuo Pleno)

- Critério: O pacote deve apresentar-se em estado de "vácuo pleno" (perfeitamente rígido e retangular).
- Verificação: Embalagens que apresentem flexibilidade, entrada de ar ou perda de pressão ("moles") serão sumariamente rejeitadas, por indicarem oxidação do produto e perda de óleos essenciais.

- Validade: No ato da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 2/3 de sua vida útil remanescente, contada a partir da data de fabricação/torra impressa na embalagem.

4.9.2.2. Classificação e Certificação de Qualidade (ABIC)

- Critério: O café deve ser classificado obrigatoriamente como Categoria SUPERIOR (ou Gourmet), conforme Programa de Qualidade do Café (PQC) da ABIC.
- Justificativa: Cafés da categoria "Tradicional" permitem maior incidência de grãos defeituosos e notas sensoriais inferiores. A Categoria Superior garante um produto com Nota de Qualidade Global (NQG) entre 6,0 e 7,2 na escala ABIC.
- Exigência: Verificação do Selo de Pureza e Qualidade ABIC e indicação explícita da categoria "Superior" na rotulagem.

4.9.2.3. Pureza e Conformidade Normativa (MAPA)

- Critério: Conformidade estrita com a Portaria SDA/MAPA nº 570/2022.
- Limite de Impurezas: O produto não poderá exceder o limite de 1% (um por cento) de impurezas (cascas e paus) e deve apresentar 0% de matérias estranhas.
- Verificação: Análise visual e microscópica (se necessário) da amostra moída para identificação de resíduos não provenientes do grão de café.

4.9.2.4. Padrão Sensorial e Físico-Químico

- Torra: Deve ser Média (entre os tons Chocolate e Marrom Médio), evitando a torra escura/carbonizada que mascara defeitos dos grãos e gera excesso de amargor.
- Moagem: Fina a Média, com granulometria uniforme, específica para extração em filtros de papel ou pano, sem presença de aglomerados de pó.
- Nota Sensorial: O café deve apresentar corpo médio, acidez equilibrada e doçura natural, sendo vedados produtos com odores e sabores estranhos (fermentado, mofado, químico, terra ou excessivamente queimado).

4.9.3. Bobinas Térmicas:

- **Desempenho de Impressão:** A amostra será submetida a teste de impressão real na plataforma "Facilita" (MTE-PB). A aceitabilidade exige nitidez absoluta, sem falhas de cobertura ou manchas térmicas.
- **Estabilidade da Imagem:** A impressão deve resistir ao manuseio imediato sem borrões e apresentar potencial de legibilidade de longo prazo, conforme os padrões de termossensibilidade exigidos para documentos fiscais/administrativos.
- **Adequação Física:** O diâmetro do rolo e a largura da fita devem ser compatíveis com o compartimento de carga das impressoras térmicas utilizadas, garantindo o fechamento correto da tampa e o avanço suave do papel.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.[A4]~~

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

~~4.17. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

~~4.18. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

- ~~4.18.1. [...];~~
- ~~4.18.2. [...]; e~~
- ~~4.18.3. [...].~~

~~4.19. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

- ~~4.19.1. [...];~~
- ~~4.19.2. [...]; e~~
- ~~4.19.3. [...].~~

~~4.20. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.21. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.22. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.23. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.[A6]~~

Garantia da contratação

4.24. Após análise técnica dos riscos e da natureza do objeto, optou-se pela **não exigência de garantia contratual** (prevista no art. 96 da Lei nº 14.133 /2021) para todos os lotes, fundamentada nos seguintes critérios:

- **Baixa Complexidade e Risco:** Os bens licitados são materiais de consumo comuns (commodities), com entrega imediata ou parcelada sob demanda. O risco de inadimplemento que resulte em prejuízo vultoso à Administração é baixo, uma vez que o pagamento ocorre apenas após a entrega e o aceite definitivo do material.
- **Fomento à Competitividade (Lotes 2 e 3):** Como os Lotes 2 e 3 possuem valores anuais reduzidos e são destinados exclusivamente a ME e EPP, a exigência de garantia representaria um custo financeiro adicional e uma barreira de acesso para os pequenos fornecedores, o que contraria o princípio da competitividade e do fomento aos pequenos negócios.
- **Mitigação de Risco via SRP:** A utilização do Sistema de Registro de Preços já permite à Administração a aplicação de sanções e o cancelamento do registro em caso de descumprimento, com a possibilidade de convocação imediata do licitante remanescente, o que torna a garantia um ônus administrativo desnecessário para este perfil de objeto.
- **Análise de Custo-Benefício:** O custo administrativo para gerir o recebimento, guarda e liberação de garantias de pequeno valor supera os eventuais benefícios de sua retenção, violando o princípio da eficiência.

00

~~4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a XX% (xxxxx por cento) do valor [total] OU [anual] da contratação [A8] . [A9]~~

~~4.26. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato:~~

- ~~4.26.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~
- ~~4.26.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~
- ~~4.26.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~
- ~~4.26.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~
- ~~4.26.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

~~4.27. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A10]~~

~~4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

~~4.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no~~

País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.30. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal:

— 4.30.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022):

4.31. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

— 4.31.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

— 4.31.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado;

4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

4.33. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

4.34. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada [A11].

4.35. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

1. 4.35.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

4.35.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022;

4.36. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

1. 4.36.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep;

4.36.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice;

4.37. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente;

4.38. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência;

4.39. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado;

4.40. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência;

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.41. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

— 4.41.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A12].

— 4.41.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;

— 4.41.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015;

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.41. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

4.41.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A22.1];

4.41.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;

4.41.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015;

Margem de Preferência:

4.42. ~~O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º, conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por[A23.1] se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 30 (trinta) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em remessa única ou em quantitativo especificado pelo Contratante.

~~00~~

5.2. ~~As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:[A1]~~

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/{...}
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/{...}
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/{...}
{...}	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/{...}

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **15 (quinze) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços (conforme itens e quantitativos do Anexo I):

Órgão(s) atendido(s)	Endereço
SRA-PB, SPU-PB, PFN-PB, CGU-PB	Av. Epitácio Pessoa, 1705, Bairro dos Estados, João Pessoa -PB.
SRTb-PB, GRTb-PB, AGTb-Patos-PB, AGTb-Cajazeiras-PB	Praça Venâncio Neiva, 11, Centro, João Pessoa - PB.

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **2/3 (dois terços)** do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

~~00~~

~~5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ____ (____) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A5]~~

~~5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.~~

~~5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.~~

~~5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.~~

~~5.11.. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.~~

~~5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até XX (xxxxx) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.~~

~~5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.~~

~~5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.~~

~~5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.~~

~~5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.~~

~~5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.[A6]~~

5.18. Lote Mínimo de Entrega: Como mitigador de risco logístico, ficam estabelecidos os seguintes valores mínimos por ordem de fornecimento, evitando que o custo do frete inviabilize a execução do fornecedor:

Lote	Descrição	Lote mínimo de compra (R\$)
1	Higiene e Sanitização (Contínuo)	R\$ 7.000,00
2	Copa, Cozinha e Alimentícios	R\$ 5.000,00
3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio	R\$ 3.000,00

Nota: Os lotes mínimos foram calculados de maneira aproximada como 1/12 do valor anual estimado para cada lote.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

- ~~6.15.1. [...];~~
- ~~6.15.2. [...]; e~~
- ~~6.15.3. [...].(A2)~~

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.

~~7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia; [A2]~~

~~7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.~~

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.2.4.7.1. Entrega de materiais (especialmente café, gêneros alimentícios e químicos) com prazo de validade inferior a 2/3 (dois terços) do tempo total de fabricação no ato da entrega;

7.2.4.7.2. Entrega de itens de higiene (papel e sabonete) ou suprimentos técnicos (bobinas) com especificações físicas incompatíveis com os dispensers e equipamentos instalados nas unidades atendidas;

7.2.4.7.3. Reincidência na entrega de itens do Lote 2 (Copa) sem a preservação das características técnicas originais (ex: perda de vácuo em embalagens de café).

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento[A6]~~

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico:~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado:~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~— 8.29.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa:~~

~~— 8.29.2. (...)[A7]~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto:~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato:~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução:~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento:~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo):~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado:~~

~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:[A8]~~

~~— 8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente,[A9]~~

~~— 8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.[A10]~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes:~~

~~Cessão de Crédito[A11]~~

~~8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]~~

~~— 8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo:~~

~~— 8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JF-01, de 18 de maio de 2020:~~

~~— 8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração:~~

~~— 8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]~~

Reajuste

- 8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado **(23/03/2026)**.
- 8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA-IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17] .
- 8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

~~OU~~

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

Forma de fornecimento

- 9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante em anexo a este Termo de Referência.

Exigências de habilitação

- 9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- ~~9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº[A7]~~
- ~~9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.~~

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
--	---

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

~~9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A13];~~

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A14]

Qualificação Técnica

~~9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;[A17]~~

~~9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;~~

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

~~9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~9.34.1.1. [...];~~

~~9.34.1.2. [...]; e~~

~~9.34.1.3. [...];~~

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A18]

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A19]

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~9.35. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei [A20];~~

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

- 9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- ~~10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$... (por extenso), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima] OU [em anexo];~~
- ~~10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....[A1]~~
- ~~OU~~
- 10.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas ~~e imediatamente~~ após o julgamento das propostas.
- 10.3.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.
- ~~10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.[A3]~~
- 10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- ~~11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União;~~
- ~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~
- ~~I) Gestão/unidade: [...];~~
- ~~II) Fonte de recursos: [...];~~
- ~~III) Programa de trabalho: [...];~~
- ~~IV) Elemento de despesa: [...], e~~
- ~~V) Plano interno: [...];~~
- ~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~
- ~~OU~~
- 11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

João Pessoa - PB, na data da assinatura eletrônica

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

~~ou~~

~~(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)~~

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (CINCO) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho / Autorização de fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

LOTES 2 E 3

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

LOTE 1

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até **10 (DEZ) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **10 (DEZ) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias úteis**.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se aplicável;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11];~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12];~~

~~4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;~~

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14]~~

5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

00

~~5.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.~~

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em João Pessoa - PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DARCI CHAVES ARAUJO FILHO

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 09:57:49.

Despacho: De acordo.

KATHARINE KELLY SILVA SALES

Equipe de Planejamento da Contratação | Chefe da Seção de Licitações e Contratos



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 10:26:33.

Despacho: De acordo.

JOSE LUCAS DE ARAUJO BARROCA



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 10:05:40.

ANEXO III DO TR - ITENS E GRUPOS

ITEM DO DFD	ITEM DO TR	DESCRIÇÃO CURTA	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	JUSTIFICATIVA	UNI	SRA	SPU	PFN	CGU	SRTB	TOTAL ESTIMADO	OBSERVAÇÃO	TOTAL ESTIMADO (5 ANOS)	LOTE	CATEGORIA	
54	1	Papel Higiênico	293194	Papel higiênico de uso institucional, folha dupla, cor branca, fabricado com 100% fibras de celulose virgem, macio, absorvente, gofrado e picotado, destinado à higiene pessoal em sanitários de uso coletivo. Mínimo 30m por rolo.	Item indispensável para assegurar a higiene pessoal nos sanitários de uso coletivo, garantindo condições mínimas de salubridade e adequado funcionamento das instalações administrativas	Pacote com 64 rolos	240				36	132	408	A-PB todas os d	2040	Lote 1	Higiene e Sanitização (Contínuo)
55	2	Papel Toalha	436328	Papel toalha interfolhado, descartável, destinado à secagem das mãos em sanitários e áreas de uso coletivo, compatível com dispensers padrão para papel interfolhado. 100% fibras naturais de celulose virgem. Branco.	Destina-se à secagem das mãos após a higienização, contribuindo para a manutenção da limpeza, prevenção da disseminação de microrganismos e melhores condições sanitárias nos ambientes institucionais.	Pacote com 2400 folhas	1056				72	744	1872	A-PB todas os d	9360	Lote 1	Higiene e Sanitização (Contínuo)
56	3	Sabonete Líquido	472873	Sabonete líquido para higienização das mãos, destinado ao uso em sanitários e ambientes administrativos, compatível com saboneteiras de uso institucional.Aspecto físico líquido viscoso ou cremoso. Aroma suave. Cor característica do fabricante. pH neutro ou balanceado, adequado para uso frequente. Fórmula dermatologicamente segura, não irritante para a pele.	Utilizado na higienização das mãos em sanitários e áreas comuns, sendo essencial para promover a saúde, prevenir contaminações e assegurar condições adequadas de higiene no ambiente de trabalho.	Bombona de 5 litros	120				12	144	276	A-PB todas os d	1380	Lote 1	Higiene e Sanitização (Contínuo)
1	4	CAFÉ	463579	Café torrado e moído, 100% Arábica, Classificação: SUPERIOR. Características: Torra média, moagem fina/média, aroma intenso e sabor equilibrado, com Nota de Qualidade Global (NQG) entre 6,0 e 7,2, conforme Programa de Qualidade do Café (PQC) da ABIC. Empacotamento: Vácuo pleno em embalagem de 500g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, devendo apresentar no mínimo 2/3 deste prazo remanescente no ato da entrega. Certificações: Selo de Pureza e Qualidade ABIC e conformidade estrita com a Portaria SDA/MAPA nº 570/2022. Marca de referência: Santa Clara Reserva da Família, Melitta Regiões ou equivalente de categoria Superior.	Tendo em vista a Necessidade do Órgão em eventos e reuniões nas dependências.	PCT C/ 250G	240	100	240	200	600	1380				Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
2	5	AÇÚCAR	463989	Açúcar, tipo: cristal, prazo validade mínimo: 12 meses	Tendo em vista a Necessidade do Órgão em eventos e reuniões nas dependências.	KG	60	20	60	100	300	540				Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
3	6	AÇUCAREIRO	393509	Açucareiro material: aço inoxidável, capacidade: 350G, característica: com tampa e colher em aço inoxidável	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	3	0	0	0	0	3				Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
4	7	ÁLCOOL	367769	Aspecto físico 1 litro: flocos brancos 70%	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	LITRO	12	0	0	0	0	12				Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
7	8	BANDEJA	624519	Bandeja inox clássica lisa 53x53 pantheon	Necessidade da copa, para servir nos eventos da CGU/PB.	UNID	0	0	0	2	0	2				Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
8	9	BANDEJA	269351	Bandeja para servir água e/ou café em inox, formato: retangular comp. 40 x 20 cm.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	3	0	0	0	0	3				Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
9	10	BANDEJAS	336233	Bandeja em inox comp. 48 x 32 cm	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	3	0	0	0	0	3				Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios

ANEXO III DO TR - ITENS E GRUPOS

ITEM DO DFD	ITEM DO TR	DESCRIÇÃO CURTA	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	JUSTIFICATIVA	UNI	SRA	SPU	PFN	CGU	SRTB	TOTAL ESTIMADO	OBSERVAÇÃO	TOTAL ESTIMADO (5 ANOS)	LOTE	CATEGORIA
11	11	BOLEIRA	610083	Prato: boleira com tampa, material: vidro. Aplicação: bolo, largura: 35 cm. Altura: 19 cm. Profundidade: 35cm. Cor: incolor. Características adicionais: com tampa.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está fora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	2	2	0		0	4			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
15	12	CHALEIRA	474941	Material: aço inoxidável, capacidade: 1,7 l, características: desligamento automático, base descartável, elétrica potência mínima: 1200 W, voltagem: 220V	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	12	0	0	0	0	12			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
16	13	COADOR DESCARTÁVEL PARA CHÁ	466362	Plástico em forma de cone, 11 cm.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	5	0	0	0	0	5			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
17	14	COLHER SOBREMESA DESCARTÁVEL	391002	Colher Descartável; Tamanho aprox: 12,5cm altura. Material: Poliestireno; Aplicação: Sobremesa. Atóxico. Cor: Branca.	Tendo em vista a Necessidade do Órgão em eventos e reuniões nas dependências.	PCT C/ 50 UNID	10	0	40	4	0	54			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
19	15	COPO ÁGUA	413185	Copo descartável, material: polipropileno, capacidade: 180 ml, características adicionais: abnt,nbr 14.865, cor: incolor	Suprir necessidades dos servidores e colaboradores do Órgão.	CENTO	500	150	50	25	400	1125			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
20	16	COPO CAFÉ	419309	Copo descartável, material: poliestireno, capacidade: 50 ml, aplicação: café, características adicionais: atóxico, de acordo c, norma abnt, nbr 14865, cor: branco	Suprir necessidades dos servidores e colaboradores do Órgão.	CENTO	100	0	0	25	50	175			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
21	17	COPO DE VIDRO	234295	Copo de vidro capacidade 300ml, diâmetro boca: 65mm, altura: 140 mm, cor: incolor, tipo uso: água/suco/refrigerante, apresentação: superfície e parede fina, transmitância: transparente.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNIDADES	0	12	0	0	0	12			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
23	18	DETERGENTE	310039	Detergente, composição: tensoativos aniônicos, preservantes e espessantes, componente ativo: linear alquibenzeno sulfonato de sódio, aplicação: lavagem de louça, características adicionais: contém tensoativo biodegradável	Tendo em vista a Necessidade do Órgão, em servir lanches em reuniões e eventos.	FRASCO 500ML	0	0	0	60	0	60			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
25	19	ESPONJA PARA LOUÇA	454957	Esponja limpeza material: poliuretano, formato: retangular, aplicação: peças de vidro, inox e superfícies antiaderentes, características adicionais: verde e amarela	Suprir as necessidades dos servidores e colaboradores do Órgão.	UNID	240		0	60	0	300			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
26	20	FILTRO	380323	Coador Descartável Café. Material: Papel. Tamanho: 103. Característica Adicionais: Dupla Costura, Celulose, Isento De Impurezas	Para uso necessario da copa	CAIXA COM 30 UNID	30	30	0	12	0	72			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
28	21	GARFO SOBREMESA DESCARTÁVEL	401597	Garfo Descartável; Tamanho aprox: 12,5cm altura. Material: Poliestireno; Aplicação: Sobremesa. Atóxico. Cor: Branca.	Tendo em vista a Necessidade do Órgão em eventos e reuniões nas dependências.	PCT C/ 50 UNID	10	10	40	20	0	80			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
29	22	GARRAFA TÉRMICA	624275	Material: Polipropileno; Capacidade: 1 L; Característica Adicionais: Pressão com alça e tampa	Para uso necessário da copa.	UNID	5	0	0	0	0	5			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
30	23	GARRAFA TÉRMICA	351383	Material: Polipropileno; Capacidade: 500ML; Característica Adicionais: Pressão com alça e tampa COR: PRETA.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	5	0	0	0	0	5			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios

ANEXO III DO TR - ITENS E GRUPOS

ITEM DO DFD	ITEM DO TR	DESCRIÇÃO CURTA	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	JUSTIFICATIVA	UNI	SRA	SPU	PFN	CGU	SRTB	TOTAL ESTIMADO	OBSERVAÇÃO	TOTAL ESTIMADO (5 ANOS)	LOTE	CATEGORIA
32	24	GUARDANAPO PAPEL	403521	Guardanapo De Papel; Formato Quadrado; Largura aprox: 30 CM; Comprimento aprox: 31 CM; Cor: Branca; Tipo Folhas: Simples ; Características Adicionais: Macio, 100% fibras naturais.	Tendo em vista a Necessidade do Órgão em eventos e reuniões nas dependências.	PCT C/ 50FLS	20	0	50	20	0	90			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
33	25	JARRA DE VIDRO	374932	Jarra material: vidro, capacidade: 1 litros, modelo: com alça e tampa plástica, aplicação: água/suco.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	4	0	0	0	0	4			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
34	26	JARRA DE VIDRO	375064	Jarra material: vidro, capacidade: 2 litros, modelo: com alça e tampa plástica, aplicação: água/suco.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	3	1	0		0	4			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
36	27	MEXEDOR DE PLÁSTICO	355015	Talher Descartável; Material: Plástico; Tipo: Mexedor De Cafezinho; Cor: Cristal/transparente; Características Adicionais: Atóxico; Comprimento aprox.: 8,5 CM	Tendo em vista a Necessidade do Órgão em eventos e reuniões nas dependências.	PCT C/500 UNID	5	0	0	10	0	15			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
37	28	PANO DE PRATO	364252	Pano Prato; Material: Algodão; Comprimento: 80 CM; Largura: 50 CM; Cor: Branca; Características Adicionais: Com Arremate	Para uso necessario da copa	UNID	10	0	0	10	0	20			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
38	29	PEGADOR DE ALIMENTOS	441330	Pegador de alimento, material: aço inoxidável. Comprimento: 18 cm	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	0	5	0		0	5			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
40	30	PORTA GUARDANAPOS	332425	Porta guardanapos aço inoxidável, largura: 9 cm, comprimento: 15	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	2	0	0	0	0	2			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
42	31	PRATO FUNDO DESCARTÁVEL	364463	Prato; Tipo: Fundo; Material: Poliestireno; Aplicação: Refeição; Características Adicionais: Descartável; Diâmetro: 15 CM; Cor: Branca. Atóxico.	Tendo em vista a Necessidade do Órgão em eventos e reuniões nas dependências.	PCT C/ 10 UNID	20	25	0	60	0	105			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
43	32	PRATO RASO DESCARTÁVEL	274391	Prato; Tipo: Raso; Material: Poliestireno; Aplicação: Refeição; Características Adicionais: Descartável; Diâmetro: 15 CM; Cor: Branca. Atóxico.	Tendo em vista a Necessidade do Órgão em eventos e reuniões nas dependências.	PCT C/ 10 UNID	20	25	50	50	0	145			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
44	33	SUPORTE PARA COADOR DE CAFÉ	312303	Cor marrom, material plástico, modelo tradicional, tamanho referência nº 103	Necessidade da copa, para coar o café em pó.	UNID	1		0	2	0	3			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
45	34	SUQUEIRA DE VIDRO	270821	Jarra material: vidro, capacidade: 1,8 litros, modelo: com tampa, aplicação: água/suco, características adicionasi: com torneira cromada.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	2	1	0		0	3			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
46	35	TAÇAS	243010	Taças de vidro para água 300 ml transparente lisa	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	DÚZIA	2	0	0	0	0	2			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
52	36	TOALHA DE MESA	610979	Toalha mesa Material Oxford, formato: retangular, comprimento: 3m, largura: 2,50 m, Cor: branca, composição: 100% poliester.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	0	1	0	0	0	1			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios

ANEXO III DO TR - ITENS E GRUPOS

ITEM DO DFD	ITEM DO TR	DESCRIÇÃO CURTA	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	JUSTIFICATIVA	UNI	SRA	SPU	PFN	CGU	SRTB	TOTAL ESTIMADO	OBSERVAÇÃO	TOTAL ESTIMADO (5 ANOS)	LOTE	CATEGORIA
53	37	XÍCARAS	383320	Xícara em porcelana para chá, com pires. COR: Branco.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	DÚZIA	1	0	0	0	0	1			Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
5	38	ASSENTO SANITÁRIO	396476	Assento plástico na cor branca oval almofadada. Medidas do vaso sanitário: largura 38 cm, comprimento 42 cm, sendo o comprimento medido da borda frontaql até o eixo dos furos de fixação da tampa ao vaso sanitário.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	40	0	0	0	0	40			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
6	39	BALIZADOR DE FILA	372067	material: corpo alumínio, base alumínio, altura: 96 cm, tipo: retração automática da fita. Cabamento corpo cromado. Comprimento da fita 2,20 m. Característica: com presilha e trava na cor preta.	Estes itens serve como seguraça na parte interna deste Ministerio. O Objeto desta contratação não se enquadra como um bem de luxo, conforme o Decreto de nº 10.818 de 2021. Segurança	UNID	30	0	0	0	0	30			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
10	40	BOBINA PAPEL SENHA	414366	Bobina papel senha, material papel térmico, largura 80mm, comprimento 30 m, gramatura 56 g/m2, cor amarela.	Justifica-se em atender a implementação do PROEITO FACILITA , destinado ao atendimento da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba , através da sitio eletrônico de disponibilização de serviços prestados pelo Ministério do Trabalho e Emprego à população. Com o intuito de agilizar a compra das bobinas e obter melhores preços por economia de escala, faz-se necessário adesão da ata de registro de preços nº 36/2025.	UNID.	0	0	0	0	400	400	PROCESSO AQUISIÇÃO: 13090.200128 /2026-07 OFÍCIO (57434934)		Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
12	41	CADEADO	628070	Material: Latão maciço, haste de aço cementada e cromada. Altura: 80MM. Largura: 50MM. 2 chaves de latão niqueladas.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	5	5	0	0	0	10			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
13	42	CADEADO	457222	Material: Latão maciço, haste de aço cementada e cromada. Altura: 90MM. Largura: 60MM. 2 chaves de latão niqueladas.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	0	5	0	0	0	5			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
14	43	CAPA DE CHUVA	477889	Capa de chuva, material: Pvc, tipo uso: Profissional, Cor: Amarelo ou azul ou verde, Características adicionais: Capuz e mangas Notões plásticos Pressão, com solda eletrônica, tamanho referencia: sob medida.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	0	10	0	0	0	10			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
18	44	CONE	377815	Cone de sinalização , material pvc, altura 75 cm, largura base: 40 cm cor: branca / laranja	Este item serve como sinalizador e seguraça para os veículos estacionados neste Ministério, se faz necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está fora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	6	0	0	0	0	6			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
22	45	CORRENTE	295568	Material: ferro, tratamento superficial: galvanizado formato elos: redondo. Corrente com 5mm de espessura, 2cm de altura e 4cm de comprimento por elo, ideal para uso em diversas aplicações. Fabricada em aço galvanizado de alta qualidade, oferecendo proteção contra oxidação e maior vida útil. Elo soldado.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID - 50 Cm	5	10	0	0	0	15			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio

ANEXO III DO TR - ITENS E GRUPOS

ITEM DO DFD	ITEM DO TR	DESCRIÇÃO CURTA	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	JUSTIFICATIVA	UNI	SRA	SPU	PFN	CGU	SRTB	TOTAL ESTIMADO	OBSERVAÇÃO	TOTAL ESTIMADO (5 ANOS)	LOTE	CATEGORIA
24	46	DUCHA HIGIÊNICA	441503	Ducha plástico na cor branca, comprimento 1,2m diametro de 1/2.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	40	0	0	0	0	40			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
27	47	FITA PLÁSTICA	605967	Fita plástica (zebrada) de sinalização isolamento de área. Cores preta e amarela, medindo 7cm x 200 m (rolo)	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	1	1	0		0	2			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
31	48	GARRAÇÃO 20L	402921	Garrafão; Material: Plástico; Capacidade: 20 L; Aplicação: Água Mineral; Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, Nbr 14222/14328; Prazo de validade mínimo 12 meses.	Para reposições de grrafões que com o tempo se quebra.	UNID	0	0	0	3	20	23			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
35	49	LIMPA CARPETE	467158	Lauril éter sulfato de sódio adicionado conservantes, corante e fragancias.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	10	0	0	0	0	10			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
39	50	PORTA GUARDA CHUVA	445370	Porta guarda chuva altura 50 cm, capacidade: 10 unidades, cor prata, diâmetro: 21 cm material: aço inoxidável.	Necessidade do apoio para a guarda dos guarda sol em época de chuva.	UNID	0		0	1	0	1			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
41	51	PORTA PAPEL HIGIÊNICO	466610	Porta papel higiênico, medida 33x12x11 cm, capacidade para 3 rolos, fixação parede através de parafusos.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	100	0	0	0	0	100			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
47	-	TAPETE	329019	Comprimento: 1,00m; Largura: 1,20m; Aplicação: Piso; Característica Adicionais: Trama Vinil/Fundo Verde ou amarelo ou azul ou vermelho	Para uso do Setor de Caracterização.	UNID	0	0	0	0	0	0			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
48	-	TAPETE	333385	Material superfície: Vinil; Material base: Vinil; largura: 060 m; Comprimento: 0,80 m Características Adicionais: Antiderrapante, Fundo azul marinho e Sigla no centro CGU; Espessura: 4 a 6 mm.	Para uso na saída dos elevadores e entrada.	UNID.	0	0	0	4	0	4			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
49	52	TERRA VEGETAL	218314	Terra vegetal para plantas ornamentais	Item se faz necessario para aplicação nas plantas ormanetais deste Ministerio	SACO (C/ 20KG)	30	0	0	0	0	30			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
50	53	TINTA SPRAY	423288	Composição: a base de resina arlica, tipo: secagem rápida cor:PRETO, aplicação: metal, PVC, madeira etc. Apresentação: spray características adicionais: jato direto.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	0	3	0	0	0	3			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
51	54	TINTA SPRAY	453762	Composição: a base de resina arlica, tipo: secagem rápida cor: AMARELO, aplicação: metal, PVC, madeira etc. Apresentação: spray características adicionais: jato direto.	Item de consumo necessário às atividades meio e finalístico de nossa unidade e que não podem ser adquiridos através do almoxarifado virtual (AVN), uma vez que está mfora do escopo conforme IN SEGES Nº 51, de 13/05/2027.	UNID	0	3	0	0	0	3			Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-PB

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 10467.000019/2026-70

2. Descrição da necessidade

A presente contratação fundamenta-se na necessidade crítica de suprir lacunas logísticas na Superintendência Regional de Administração na Paraíba (SRA-PB) e em seus órgãos atendidos (CGU-PB, PFN-PB, SRTB-PB e SPU-PB), decorrentes da limitação técnica e de catálogo do Almoxarifado Virtual Nacional (AVN). O problema central reside na iminência de desabastecimento de insumos essenciais que garantem a infraestrutura mínima de funcionamento das unidades, abrangendo desde itens de copa e cozinha até materiais de suporte administrativo, ferragens, sinalização e manutenção predial.

Embora o planejamento tenha se iniciado com os DFDs 20, 30, 54, 56 e 64/2025 inseridos no PCA 2026, a relação definitiva de itens (1 a 53) e suas especificações técnicas foram consolidadas e confirmadas à SRA-PB pelos órgãos clientes já no exercício de 2026, por meio dos e-mails institucionais da SRA/PB (57676951), PFN/PB (57676990), SPU/PB (57677045), CGU/PB (57677069) e SRTB/PB (57677306). Os quantitativos finais e o detalhamento da demanda interinstitucional constam no processo 10467.000019/2026-70. Adicionalmente, a necessidade de materiais de higiene pessoal (itens 54 a 56), essencial para evitar o colapso sanitário nas dependências, foi formalizada especificamente na Planilha de Mat. de Consumo e Higiene Pessoal (58935894).

Em observância às diretrizes do Despacho ao Pregoeiro (58935266), a solução proposta visa conferir racionalidade, eficiência e economicidade ao procedimento. Para os itens de higiene pessoal (papel higiênico, papel toalha e sabonete), a necessidade é de suprimento contínuo e reposição periódica, justificando uma estratégia de contratação com previsão de entrega parcelada e vigência de longo prazo (até 10 anos), visando a vantajosidade administrativa e a padronização do fornecimento. A diversidade dos itens — que incluem desde gêneros de copa até equipamentos elétricos (chaleiras) e materiais de segurança — impõe o agrupamento por famílias ou natureza, facilitando a gestão logística descentralizada para as unidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras.

Sob a perspectiva do interesse público, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) manifesta-se como a solução estratégica para consolidar o planejamento plurianual destes órgãos. Ao centralizar demandas de naturezas distintas sob a gestão da SRA-PB, a Administração assegura ganho de escala, simplificação processual e mitigação de riscos de paralisação de atividades finalísticas por falta de insumos básicos, garantindo a continuidade e a dignidade do ambiente de trabalho em todas as unidades participantes na Paraíba.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SRA-PB	JOSÉ LUCAS DE ARAÚJO BARROCA
MTE-PB	SARA MAGDA OLIVEIRA SIMÕES
SPU-PB	GIOVANNI GIUSEPPE DA NÓBREGA MARINHO
PFN-PB	FLÁVIO ALBERTO DE MELO ARAÚJO
CGU-PB	DIOVANA NOGUEIRA GUADANINI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos técnicos, funcionais e operacionais foram estabelecidos para garantir a qualidade dos insumos e a continuidade das atividades administrativas, sendo organizados por famílias de materiais para otimizar a competitividade e a gestão contratual:

Requisitos	Descrição/Finalidade
Qualidade de Gêneros	Café (Selo ABIC, Portaria 570/2022) e Açúcar (Cristal). Finalidade: Garantir segurança alimentar e padrão institucional

Alimentícios	em eventos e reuniões.
Resistência de Utensílios e Ferragens	Exigência de materiais de alta durabilidade como aço inoxidável, vidro temperado, porcelana e latão maciço. Finalidade: Prolongar a vida útil dos bens e evitar oxidação/quebras frequentes em ambiente de uso intenso.
Segurança de Eletroportáteis	Chaleira elétrica com certificação INMETRO, 220V e desligamento automático. Finalidade: Prevenir acidentes elétricos e otimizar o consumo de energia.
Higiene, Salubridade e Químicos	Papéis de fibras virgens, sabonetes e detergentes biodegradáveis (pH neutro) e acessórios de sanitários. Finalidade: Manter as condições sanitárias e o cumprimento de normas da ANVISA nas unidades.
Funcionalidade e Descartáveis	Bobinas térmicas, filtros e materiais descartáveis (copos, pratos, talheres). Finalidade: Suporte imediato ao atendimento ao público (Projeto Facilita) e eventos sazonais.
Sinalização, Proteção e Apoio	Cones, balizadores, fitas, EPIs (capas de chuva), tapetes, tintas e insumos de manutenção (terra vegetal). Finalidade: Segurança patrimonial, ordenamento de fluxo e conservação das dependências.
Sustentabilidade e Logística Reversa (Transversal)	Aplicação obrigatória para garrações de 20L (Item 31) e recipientes de químicos/tintas (Itens 50 e 51). Finalidade: Cumprimento do PLS-MGI e correta destinação de resíduos.

4.1 Justificativa dos Requisitos

A segmentação por famílias de requisitos impede a fragmentação do processo e atende à ordem de agrupamento por natureza do objeto. A indicação de marcas de referência, como o café **Santa Clara (ou equivalente)**, é utilizada estritamente para balizar o padrão de qualidade exigido, sem caráter restritivo.

Para os materiais de **consumo contínuo (higiene pessoal)**, a estratégia de fornecimento parcelado e vigência estendida de até 10 anos justifica-se pela necessidade de garantir o abastecimento ininterrupto das unidades da Paraíba (João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras), mitigando custos operacionais de sucessivos certames para objetos de baixa complexidade técnica, mas alta essencialidade.

5. Levantamento de Mercado

A análise de mercado para o atendimento das necessidades da SRA-PB e demais órgãos participantes confirma a existência de um setor maduro e altamente competitivo, com ampla oferta de fornecedores nos segmentos de gêneros alimentícios, materiais de higiene, ferragens e equipamentos de sinalização.

5.1. Análise de Alternativas e Soluções Similares

A Administração avaliou os modelos de suprimento disponíveis, considerando a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público:

- 1. **Almoxarifado Virtual Nacional (AVN):** Embora seja a solução prioritária, o catálogo atual é insuficiente para atender à totalidade da demanda técnica e específica das unidades, especialmente quanto aos itens de suporte administrativo especializado, ferragens e materiais de sinalização predial.
- 2. **Fornecimento via Contratos de Limpeza:** A modelagem atual dos contratos de prestação de serviços terceirizados na Paraíba excluiu o fornecimento de insumos de higiene pessoal (papel e sabonete), transferindo a responsabilidade da aquisição para a Administração Direta.
- 3. **Sistema de Registro de Preços (SRP):** Identificado como a solução mais vantajosa. O modelo permite o agrupamento de demandas de 5 órgãos distintos (SRA, CGU, PFN, SRTB e SPU), gerando economia de escala e reduzindo o custo processual, além de permitir entregas parceladas de acordo com a necessidade real de cada unidade.

5.2. Justificativa para a Vigência Longa (Itens de Higiene Pessoal)

Conforme diretriz estabelecida no Despacho nº 58935266, para os materiais de higiene pessoal (itens 54 a 56), a contratação será estruturada para vigência inicial de até 5 anos, com possibilidade de prorrogação até 10 anos, nos termos dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Esta estratégia justifica-se por:

- **Natureza Contínua:** Trata-se de materiais indispensáveis à manutenção das condições mínimas de salubridade e funcionamento das sedes administrativas.
- **Economicidade:** A manutenção de um contrato de longo prazo mitiga os custos administrativos de realização de certames anuais para objetos de baixa complexidade técnica, mas alta essencialidade logística.
- **Estabilidade de Preços:** O registro de preços de longo prazo, aliado a cláusulas de reajuste por índices oficiais, protege a Administração contra flutuações sazonais do mercado varejista.

5.3. Estimativa de Quantidades e Consolidação da Demanda

Os quantitativos foram projetados com base no histórico de consumo e nas necessidades futuras informadas pelos órgãos participantes no exercício de 2026. A consolidação final dos quantitativos para os 56 itens da licitação está detalhada na **Planilha de Mat. de Consumo e Higiene Pessoal (58935894)** do processo **10467.000019/2026-70**.

Para os itens de consumo imediato e sazonal (1 a 53), a estimativa reflete a demanda anual consolidada. Para os itens de higiene (54 a 56), a projeção contempla o ciclo plurianual de suprimento contínuo, totalizando volumes expressivos, o que aumenta o poder de negociação da Administração e atrai grandes distribuidores.

5.4. Contratações Similares (Benchmarking)

Foram identificadas experiências bem-sucedidas que fundamentam a modelagem adotada:

1. **UASG 110096 (AGU-PB/PE):** Modelo de fornecimento sob demanda que serviu de referência para a logística regional.
2. **Prefeitura de Pitimbu/PB (PE 0001/2025):** Aplicação recente da Lei nº 14.133/2021 para materiais de copa e limpeza em cenário regional similar.

5.5. Gestão do Equilíbrio Econômico-Financeiro

O levantamento de preços considerará a álea ordinária de mercado. Para as contratações de longa vigência (higiene pessoal), os editais preverão mecanismos claros de reajuste e revisão (Art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021), garantindo que a equação financeira se mantenha justa para ambas as partes durante toda a execução contratual.

5.6. Visão Estratégica e Justificativa do Sistema de Registro de Preços (SRP)

A escolha do SRP para esta contratação interinstitucional (SRA, CGU, PFN, SRTB e SPU) fundamenta-se em pilares de eficiência logística e econômica:

5.6.1. Perspectiva da Administração: Gestão "Just-in-Time" e Longo Prazo

- **Almoxarifado Jurídico:** O modelo permite que a Administração transfira o custo e o risco de armazenamento para o fornecedor. Os itens serão solicitados conforme a necessidade real, mitigando riscos de perecibilidade (especialmente para o café) e obsolescência.
- **Planejamento Plurianual:** Para os itens de higiene pessoal, o SRP permitirá a seleção de uma proposta vantajosa que servirá de base para contratos de até 10 anos (conforme Despacho 58935266). Isso reduz o custo processual de realizar licitações anuais para itens básicos.
- **Flexibilidade Orçamentária:** Permite registrar os preços agora e efetuar os empenhos conforme a disponibilidade orçamentária de cada órgão participante ao longo do exercício.

5.6.2. Viabilidade de Mercado e Acesso a ME/EPP

- **Parcelamento e Fluxo de Caixa:** O fornecimento parcelado facilita a participação de micro e pequenas empresas (ME/EPP), que não precisam imobilizar grandes capitais para uma entrega única de vulto. Isso garante o cumprimento da reserva de exclusividade estabelecida no Tópico 10 deste ETP.
- **Lote Mínimo de Entrega:** Como mitigador de risco logístico (especialmente para entregas nas unidades de Patos e Cajazeiras), o Termo de Referência estabelecerá quantitativos mínimos por ordem de fornecimento, evitando que o custo do frete inviabilize a execução do fornecedor.

5.6.3. Gestão do Equilíbrio Econômico-Financeiro

- **Álea Ordinária e Extraordinária:** Os preços registrados contemplarão as variações comuns de mercado. Contudo, para os itens de longa vigência (higiene), serão previstos mecanismos de reajuste por índices oficiais (IPCA/IGP-M) e revisão em caso de fatos imprevisíveis (Art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021), garantindo a manutenção da equação financeira e evitando o abandono do contrato.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na estruturação de um canal de suprimento abrangente para a aquisição parcelada de 56 itens de materiais de consumo e infraestrutura, essenciais para o funcionamento das unidades da SRA-PB e dos órgãos participantes (CGU-PB, PFN-PB, SRTB-PB e SPU-PB).

A estratégia fundamenta-se na utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), atuando de forma complementar e subsidiária ao Almoxarifado Virtual Nacional (AVN), para prover itens técnicos, operacionais e de manutenção não contemplados no catálogo centralizado.

6.1. Agrupamento por Famílias e Lotes

Conforme as diretrizes de racionalidade e economicidade, a solução é organizada em três eixos principais (lotes), integrados pela gestão centralizada da SRA-PB:

- **Lote 1 — Higiene e Sanitização (Consumo Contínuo):** Compreende papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido (itens 54 a 56). Em alinhamento ao Despacho nº 58935266, este grupo é tratado como fornecimento de natureza contínua para suprir a exclusão destes insumos nos contratos de serviços de limpeza. A estratégia prevê uma modelagem contratual de longo prazo (inicial de 5 anos), garantindo estabilidade no abastecimento e ganho de escala.
- **Lote 2 — Copa, Cozinha e Alimentícios:** Agrupa 34 itens, incluindo gêneros como café e açúcar, álcool, além de utensílios permanentes em aço inoxidável, vidro e porcelana, e equipamentos eletroportáteis como chaleiras elétricas. Esta família atende à necessidade de recepção institucional e operacional em todas as unidades participantes.
- **Lote 3 — Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio:** Consolida 19 itens técnicos e operacionais, englobando ferragens (cadeados e correntes), itens de sinalização (cones e balizadores de fila), produtos químicos (tintas spray e limpa carpete), insumos de jardinagem (terra vegetal), além de bobinas térmicas para a plataforma "Facilita" e vestuário profissional (capas de chuva).

6.2. Logística e Centralização das Entregas

O fornecimento será executado mediante Ordem de Fornecimento (OF), com cronograma de entrega parcelado.

Com o objetivo de maximizar a competitividade e reduzir custos de frete, a logística de entrega será centralizada em João Pessoa, conforme a seguinte distribuição:

- **Ministério do Trabalho e Emprego (SRTB-PB):** Todos os materiais destinados à SRTB-PB, incluindo os quantitativos projetados para as Gerências/Agências Regionais de **Campina Grande, Patos e Cajazeiras**, deverão ser entregues exclusivamente na **sede da SRTB-PB em João Pessoa**.
- **Demais Órgãos (SRA-PB, CGU-PB, PFN-PB e SPU-PB):** As entregas serão realizadas nas dependências da **SRA-PB em João Pessoa**.
- **Vantajosidade Administrativa:** A centralização das entregas em dois pontos próximos na capital elimina a necessidade de o fornecedor possuir rede logística no interior do estado. Isso mitiga o risco de preços elevados decorrentes de fretes fracionados para cidades distantes, atraindo fornecedores de diferentes portes e garantindo propostas mais econômicas.
- **Distribuição Interna:** A movimentação posterior dos materiais para as unidades descentralizadas no interior será de responsabilidade da logística interna de cada órgão, conferindo maior controle e agilidade na reposição de estoques locais.

6.3. Requisitos de Execução e Qualidade

- **Padronização Técnica:** Exigência de conformidade com as normas do MAPA (café), INMETRO (chaleiras) e ANVISA (químicos e higiene).
- **Sustentabilidade Verificável:** A solução integra obrigações de logística reversa para garrações de 20L e recipientes de produtos químicos, além da exigência de papéis de fibras naturais certificadas.

6.4. Aspectos Operacionais e de Controle

A centralização das entregas facilita o controle das quantidades disponíveis para cada órgão e a fiscalização dos prazos de validade.

Adota-se o fornecimento sob demanda (estoque sob responsabilidade do fornecedor), no qual a empresa contratada armazena os materiais em seus próprios depósitos até que a entrega seja solicitada porque isso elimina a necessidade de grandes depósitos nas repartições e garante que os produtos cheguem com fabricação recente, devendo restar, no mínimo, 2/3 (dois terços) de sua validade total para uso pela Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades foram dimensionadas com base no consumo histórico das unidades e nas projeções de demanda técnica para o exercício de 2026, considerando o acréscimo de atividades e a necessidade de suprimento de itens não contemplados no catálogo do Almoxarifado Virtual Nacional (AVN).

A relação integral dos 56 itens, contendo descrições técnicas, códigos CATMAT, quantitativos totais estimados e unidades de medida, encontra-se consolidada na planilha anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

7.1. Memória de Cálculo e Documentos de Suporte

A estimativa decorre da consolidação das necessidades enviadas pelos órgãos participantes (CGU-PB, PFN-PB, SRTB-PB e SPU-PB) à SRA-PB, formalizada no processo 10467.000019/2026-70. O detalhamento do cálculo observa a divisão por lotes e períodos de vigência distintos:

- **Lote 1 – Higiene e Sanitização (Itens 54 a 56):** Em cumprimento ao Despacho 58935266, o quantitativo foi projetado para um horizonte de 5 (cinco) anos. A memória de cálculo considerou o consumo anual consolidado (ex: 1.872 fardos de papel toalha) multiplicado pelo período de 60 meses, totalizando 9.360 unidades para o Lote 1. Esta projeção plurianual fundamenta a vantajosidade de um contrato de longa duração de até 10 anos
- **Lotes 2 e 3 – Itens de Consumo, Manutenção e Apoio (Itens 1 a 53):** Quantitativos estimados para suprimento anual (12 meses), abrangendo desde gêneros alimentícios e materiais de copa até insumos técnicos.

7.2. Interdependência e Economia de Escala

A contratação possui interdependência direta com os contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação das sedes, que não incluem mais o fornecimento de insumos (DFD 8/2026). A centralização da demanda de cinco órgãos federais em um único procedimento maximiza o poder de barganha da Administração.

A decisão logística de centralizar todas as entregas em João Pessoa (divididas entre os prédios da SRA-PB e SRTB-PB) elimina custos de frete fracionado para as unidades de Campina Grande, Patos e Cajazeiras. Esta estratégia atua como fator redutor no preço unitário final, pois remove a necessidade de o fornecedor manter rede de distribuição no interior do estado.

7.3. Justificativa da Precisão dos Quantitativos

A estimativa baseada em fatos concretos e na confirmação direta dos órgãos clientes no exercício de 2026 mitiga o risco de superdimensionamento do objeto. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) assegura que o empenho de recursos ocorra estritamente conforme a necessidade real, preservando a eficiência orçamentária e evitando a estocagem física ineficiente de materiais perecíveis ou volumosos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 345.481,50

Com base nos quantitativos da planilha definitiva e nos preços médios de mercado praticados em contratações públicas federais (Painel de Preços), seguem os valores estimados para cada grupo:

Lote	Categoria	Valor total estimado	Valor global estimado do lote *
Lote 1	Higiene e Sanitização (Contínuo)	R\$ 58.596,00	R\$ 292.980,00
Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios	R\$ 34.004,50	R\$ 34.004,50
Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio	R\$ 18.497,00	R\$ 18.497,00
Valor global		R\$ 111.097,50	R\$ 345.481,50

* Lote 1 = 5 anos; Lotes 2 e 3 = 1 ano.

Nota 1: O detalhamento dos valores unitários estimados por item encontra-se consolidada na planilha anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

Nota 2: Os valores estimados nesta etapa (ETP) foram obtidos por meio de uso de Inteligência Artificial (Gemini) de maneira preliminar. Os valores estimados que serão considerados para fins de aceitação das propostas serão obtidos por meio de pesquisa de preços com fundamento na IN nº 65/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A estratégia de parcelamento do objeto fundamenta-se no Art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e na **Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU)**, que determina a obrigatoriedade da divisão do objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, visando ampliar a competitividade sem perda de economia de escala.

9.1. Agrupamento por Famílias e Lotes

A solução será dividida em **3 (três) lotes**, organizados por famílias de itens de mesma natureza técnica e afinidade de mercado:

- **Lote 1 – Higiene e Sanitização (Contínuo):** Composto pelos itens 54, 55 e 56, com valor anual estimado de **R\$ 58.596,00**. Este lote é tratado como fornecimento de natureza contínua, com projeção para 5 anos totalizando **R\$ 292.980,00**, visando garantir a salubridade das unidades.
- **Lote 2 – Copa, Cozinha e Alimentícios:** Agrupa 34 itens, com valor anual de **R\$ 34.004,50**. O agrupamento justifica-se pela similaridade dos fornecedores e pela necessidade de padronização dos insumos de copa.
- **Lote 3 – Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio:** Consolida 19 itens técnicos e operacionais, com valor anual de **R\$ 18.497,00**.

9.2. Justificativa Técnica para o Agrupamento

A opção pelo agrupamento em lotes, em detrimento do parcelamento item a item, encontra amparo no **Acórdão nº 2.695/2013-Plenário (TCU)**. Esta modelagem é imperativa para evitar a "atomização" do certame em 56 subitens isolados, o que geraria:

1. **Inviabilidade Logística:** Itens de baixo valor unitário (como filtros, mexedores e correntes) dificilmente atrairiam licitantes se disputados isoladamente, devido ao custo de frete para João Pessoa, superando a margem de lucro.
2. **Economia de Escala:** O agrupamento por natureza permite que o fornecedor otimize custos de transporte e administração, refletindo em preços unitários mais competitivos para a Administração.

9.3. Afastamento da Cota Reservada de 25% (ME/EPP)

Fica afastada a aplicação da cota reservada prevista no Art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, com base no **Art. 49, II** do mesmo diploma legal, pelos seguintes motivos:

- **Lote 1 (Higiene):** Embora o valor anual seja inferior a R\$ 80 mil, a contratação terá vigência plurianual, atingindo um montante global de **R\$ 292.980,00**. A fragmentação deste lote em cota principal e reservada comprometeria a economia de escala e elevaria o risco de desabastecimento de itens críticos de higiene.
- **Lotes 2 e 3:** Como os valores totais anuais são inferiores a R\$ 80.000,00 (**R\$ 34.004,50** e **R\$ 18.497,00**, respectivamente), estes lotes serão destinados à **participação exclusiva de ME/EPP**, cumprindo o dever legal de fomento de forma mais eficaz que a reserva de cotas.
- **Eficiência Administrativa:** A gestão de múltiplos contratos para o mesmo objeto geraria um custo operacional de fiscalização desproporcional para a SRA-PB e órgãos atendidos, sem ganho real de vantajosidade.

9.4. Centralização Logística e Vantajosidade

A decisão de centralizar as entregas em João Pessoa (SRA-PB e SRTB-PB) elimina a exigência de capilaridade regional do fornecedor. Essa simplificação logística, aliada ao agrupamento por famílias, reduz os riscos de preços elevados por fretes fracionados, garantindo que a modelagem seja técnica e economicamente superior ao parcelamento integral.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A plena eficácia da solução proposta para a aquisição de materiais de consumo está intrinsecamente vinculada à manutenção e execução de outros instrumentos contratuais vigentes na SRA-PB e nas unidades participantes (CGU, PFN, MTE e SPU). Identificam-se as seguintes correlações e interdependências:

1. **Almoxarifado Virtual (AV):** Esta contratação possui caráter subsidiário e complementar ao modelo de Almoxarifado Virtual. É imprescindível que o contrato centralizado mantido pelos órgãos centrais do Governo Federal seja preservado e plenamente executado, uma vez que o presente ETP não contempla itens de papelaria e escritório padrão (como resmas de papel e canetas). A descontinuidade do AV sobrecarregaria este certame ou geraria desabastecimento de itens básicos não previstos neste escopo.
2. **Serviços de Limpeza e Conservação Predial:** Existe uma interdependência crítica com os contratos de prestação de serviços de limpeza. Conforme apontado no **DFD 8/2026**, a exclusão do fornecimento de insumos de higiene (papel toalha, papel higiênico e sabonete) das planilhas de custos das empresas prestadoras exige que a Administração garanta o suprimento pontual desses materiais para que as equipes de limpeza possam executar suas tarefas de higienização e manutenção sanitária das sedes.

3. **Serviços de Copa e Copeiragem:** A utilidade dos materiais de copa (café, açúcar e água mineral) descritos nos **DFDs 20, 30, 54 e 56/2025** está correlacionada à existência de contratos de prestação de serviços de copeiragem ou à manutenção de infraestrutura própria de apoio. Sem o serviço humano ou os equipamentos adequados (cafeteiras e bebedouros), os insumos adquiridos perdem sua finalidade funcional.
4. **Manutenção do Sistema "Facilita" (MTE-PB):** A aquisição de bobinas térmicas específicas é interdependente da manutenção operacional do hardware e do software que compõem a plataforma "Facilita". Eventuais atualizações tecnológicas no parque de impressoras do MTE devem ser coordenadas com as especificações técnicas contidas nesta ata para evitar a obsolescência prematura do estoque de suprimentos.

Dessa forma, a gestão do Registro de Preços deve ser realizada de maneira harmônica com as fiscalizações desses contratos correlatos, garantindo que o fluxo de entrega dos materiais de consumo acompanhe o ritmo das atividades de serviço e suporte técnico das unidades administrativas na Paraíba.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 da Superintendência Regional de Administração na Paraíba (SRA-PB), cumprindo o requisito de governança estabelecido no art. 12, inc. VII e art. 18, § 1º, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 5º do Decreto nº 10.947/2022.

O planejamento desta demanda consolida a estratégia de racionalização, centralização e compartilhamento de recursos entre a SRA-PB (gerenciadora) e as unidades participantes (CGU, PFN, MTE e SPU), assegurando a integração com o orçamento e com o Planejamento Estratégico institucional.

Ademais, o objeto observa rigorosamente as diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS-MGI 2024-2026), ao priorizar a eficiência administrativa e a redução de custos processuais por meio do ganho de escala, em consonância com o art. 7º da IN nº 58/2022 e a Portaria Seges nº 8.678 /2021.

A previsão detalhada desta contratação proposta pode ser verificada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço: <https://pncp.gov.br/app/pca/00489828000155/2026/21>, sob o identificador da futura contratação nº 170050-7/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A estratégia de contratação fundamenta-se na maximização da eficiência operacional e na racionalização do gasto público para a SRA-PB e seus órgãos participantes, com foco nos seguintes resultados:

1. Economicidade e Eficiência Financeira:

A consolidação da demanda de cinco unidades administrativas (SRA-PB, CGU-PB, PFN-PB, MTE-PB e SPU-PB) em um único certame assegura ganhos expressivos de escala, reduzindo os preços unitários em comparação com aquisições fragmentadas. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite uma gestão orçamentária dinâmica, despendendo recursos apenas conforme a necessidade real de consumo ("just-in-time"). Isso elimina o custo de oportunidade do capital imobilizado em estoques e mitiga o risco de perda de materiais perecíveis, como o café.

2. Otimização de Recursos Humanos e Materiais:

A centralização do processo licitatório na SRA-PB elimina a redundância de esforços administrativos e processuais nos órgãos participantes, permitindo que suas equipes foquem em atividades finalísticas de controle, arrecadação e gestão do trabalho. Operacionalmente, a solução transfere a responsabilidade de armazenamento para o fornecedor até a emissão da Ordem de Fornecimento, resolvendo a limitação crítica de espaço físico nas sedes administrativas e reduzindo riscos de extravio, furto ou deterioração de estoque.

3. Efetividade e Desenvolvimento Nacional Sustentável:

O resultado pretendido é a manutenção ininterrupta das condições de higiene e funcionalidade das unidades, garantindo a continuidade de serviços essenciais, como o atendimento ao público e a operação da plataforma Facilita (MTE). Em termos de sustentabilidade, a solução adere ao PLS-MGI 2024-2026 ao exigir critérios de logística reversa para garrações de água e certificações de origem (Selo ABIC e fibras recicladas) para insumos de papel e café. Tal medida promove o desenvolvimento nacional sustentável ao induzir o mercado a adotar práticas de produção responsáveis.

4. Impacto Direto e Indireto:

Diretamente, assegura-se a salubridade do ambiente laboral e o suporte logístico necessário para o funcionamento das instituições federais na Paraíba. Indiretamente, fortalece-se a governança pública pela padronização da qualidade dos insumos e pelo cumprimento rigoroso do Plano de Contratações Anual (PCA), demonstrando transparência e zelo com os recursos públicos disponíveis.

13. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a eficácia da execução e a regularidade do fornecimento dos materiais de consumo, deverão ser adotadas as seguintes providências antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou da emissão das primeiras notas de empenho:

- 1. Designação e Capacitação da Equipe de Fiscalização:** Formalização da indicação, por meio de portaria, dos gestores e fiscais (titulares e suplentes) em cada um dos órgãos participantes (SRA, CGU, PFN, MTE e SPU), conforme o Art. 7º da Lei nº 14.133/2021. É indispensável realizar uma reunião técnica de alinhamento para instruir os fiscais sobre os critérios de aceitabilidade dos itens, com foco especial na conferência do selo ABIC (café) e na compatibilidade das bobinas térmicas com as impressoras da plataforma "Facilita" (MTE-PB).
- 2. Adequação das Áreas de Armazenamento:** Verificação física e preparação dos depósitos nas sedes administrativas e unidades descentralizadas (como as Gerências do Trabalho no interior). Dado que o café e os produtos de papel (higiênico e toalha) são sensíveis à umidade e odores, os locais de estocagem devem ser previamente higienizados, ventilados e dotados de estantes ou pallets, evitando o contato direto com o solo e garantindo a preservação da qualidade.
- 3. Estabelecimento do Fluxo de Pedidos (SRP):** Definição do canal oficial de comunicação entre o órgão gerenciador (SRA-PB), as unidades participantes e a futura detentora da ata. Deverá ser criado um modelo padronizado de Ordem de Fornecimento (OF) que contemple o prazo de entrega específico para cada localidade, permitindo o controle rigoroso dos saldos das atas e a tempestividade na reposição dos estoques.
- 4. Integração com Contratos de Terceirização:** Orientação formal às equipes das empresas prestadoras de serviços de limpeza e copa. Como os materiais de higiene foram excluídos do fornecimento das contratadas de serviço (DFD 8/2026), a Administração deve estabelecer o cronograma de entrega direta desses insumos às equipes operacionais para evitar o desabastecimento sanitário nas dependências dos órgãos.
- 5. Parametrização em Sistemas de Inventário:** Atualização dos códigos de materiais (CATMAT) nos sistemas internos de controle de estoque de cada participante. Essa providência é necessária para o monitoramento imediato do consumo logo após o primeiro recebimento, facilitando o fornecimento de dados para o Plano de Contratações Anual (PCA) subsequente e evitando desperdícios.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A implementação desta solução para aquisição de materiais de consumo gera impactos ambientais diretos relacionados ao ciclo de vida dos produtos, desde a produção até o descarte final. A análise identifica os seguintes pontos críticos e estabelece as medidas para neutralizar ou minimizar tais efeitos:

Análise de Impactos e Medidas Mitigadoras

Possível Impacto Ambiental	Medida Mitigadora / Compensatória	Requisito Técnico Associado
Geração de resíduos sólidos (Embalagens)	Exigência de que as embalagens primárias e secundárias sejam confeccionadas com materiais 100% recicláveis e com identificação conforme normas da ABNT.	Cumprimento da NBR 13230; preferência por embalagens de maior vulto (fardos) para reduzir a relação embalagem/produto.
Descarte de materiais de higiene e limpeza	Aquisição de insumos de papel (higiênico e toalha) provenientes de manejo florestal sustentável ou fibras recicladas.	Exigência de certificações FSC (Forest Stewardship Council) ou PEFC; proibição do uso de corantes tóxicos.
Contaminação de efluentes (Sabonete Líquido)	Prevenção da poluição hídrica por meio da exigência de agentes tensoativos biodegradáveis.	Registro na ANVISA e comprovação de biodegradabilidade dos componentes químicos.
Emissões de Gases de Efeito Estufa (Logística)	Otimização da malha de transporte para as unidades participantes na Paraíba (SRA, CGU, PFN, MTE e SPU).	Exigência de planejamento de rotas pela contratada para entregas agrupadas, reduzindo a pegada de carbono do transporte.
Consumo de recursos naturais	Redução do descarte de plástico virgem e promoção da economia circular.	Implementação de logística reversa obrigatória para os garrafões de água de 20L, conforme NBR 14222 e 14328.

Logística Reversa e Desfazimento

Em estrita observância ao **PLS-MGI 2024-2026** e à **Portaria Seges nº 8.678/2021**, a contratação estabelece que a responsabilidade pelo recolhimento e correta destinação final dos recipientes de água mineral (20L) é da empresa contratada, que deve manter o fluxo de substituição de garrafões avariados ou com prazo de validade expirado. Para os demais resíduos recicláveis gerados nas unidades (plásticos e papéis), a SRA-PB manterá a integração com o programa de coleta seletiva solidária, destinando os materiais a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme o **Decreto nº 10.936/2022**.

Conclusão e Alinhamento Estratégico

As medidas aqui descritas não são apenas protocolares, mas requisitos de habilitação técnica e critérios de aceitabilidade do objeto. A solução busca a eficiência financeira sem negligenciar a responsabilidade socioambiental, garantindo que o suprimento administrativo das instituições federais na Paraíba ocorra sob o paradigma do **Desenvolvimento Nacional Sustentável**, mitigando o risco de passivos ambientais decorrentes do descarte inadequado de insumos de alto consumo.

Este planejamento assegura o cumprimento das metas do **Eixo de Compras Sustentáveis** do MGI, promovendo um ambiente de trabalho humanizado e com baixo impacto ambiental, conforme preconizado no Planejamento Estratégico institucional.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da análise técnica e jurídica consolidada nas seções anteriores, conclui-se que a contratação proposta é plenamente adequada e essencial para suprir as lacunas logísticas identificadas na SRA-PB e nos órgãos participantes. A escolha pelo Pregão Eletrônico fundamentado no Sistema de Registro de Preços (SRP) revela-se a solução de maior eficiência e eficácia, pois permite o suprimento sob demanda de itens indispensáveis que não constam no catálogo do Almoxarifado Virtual, como materiais de higiene e insumos técnicos específicos.

Essa modelagem garante a otimização dos recursos financeiros ao capturar ganhos de escala para cinco instituições federais na Paraíba e mitiga riscos operacionais de desperdício, uma vez que a Administração não fica adstrita à manutenção de estoques físicos elevados, transferindo a guarda dos materiais ao fornecedor até o momento da efetiva necessidade logística.

Sob a ótica do interesse público, a relevância da contratação é evidenciada pela garantia da continuidade das atividades administrativas e pela preservação da salubridade no ambiente laboral, evitando o colapso sanitário e funcional nas sedes administrativas. O estrito alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA 2026) e com as diretrizes de sustentabilidade do PLS-MGI reforça o compromisso com uma gestão pública racional, transparente e voltada para o desenvolvimento nacional sustentável.

Portanto, fundamentado nos elementos técnicos, econômicos e ambientais levantados, este Estudo Técnico Preliminar declara a total viabilidade e razoabilidade da execução da contratação, recomendando o imediato prosseguimento do processo para a fase de elaboração do Termo de Referência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DARCI CHAVES ARAUJO FILHO

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 11:29:40.

Despacho: De acordo.

KATHARINE KELLY SILVA SALES

Equipe de Planejamento da Contratação | Chefe da Seção de Licitações e Contratos



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 21:48:37.

Despacho: De acordo.

JOSE LUCAS DE ARAUJO BARROCA

Equipe de Planejamento da Contratação | Chefe do Serviço de Administração e Logística



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 14:01:55.

ANEXO I - RELAÇÃO DE MATERIAIS, VALORES ESTIMATIVOS INICIAIS E GRUPOS							
Nº	Item	Unid.	Quant. (Anual)	V. Unit. Est. (R\$)	V. Total Est. (R\$)	Grupo	Categoria
1	CAFÉ	PCT	690	22,00	15.180,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
2	AÇÚCAR	KG	540	5,00	2.700,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
3	AÇUCAREIRO	UN	3	25,00	75,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
4	ÁLCOOL	UN	12	10,00	120,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
5	ASSENTO SANITÁRIO	UN	40	45,00	1.800,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
6	BALIZADOR DE FILA	UN	30	180,00	5.400,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
7	BANDEJA (53x53)	UN	2	80,00	160,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
8	BANDEJA (40x20)	UN	3	45,00	135,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
9	BANDEJAS (48x32)	UN	3	55,00	165,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
10	BOBINA PAPEL SENHA	UN	300	12,00	3.600,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
11	BOLEIRA	UN	4	65,00	260,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
12	CADEADO (50MM)	UN	10	45,00	450,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
13	CADEADO (60MM)	UN	5	60,00	300,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
14	CAPA DE CHUVA	UN	10	35,00	350,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
15	CHALEIRA ELÉTRICA	UN	12	110,00	1.320,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
16	COADOR PARA CHÁ	UN	5	8,00	40,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
17	COLHER SOBREMESA	PCT	54	6,50	351,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
18	CONE	UN	6	35,00	210,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
19	COPO ÁGUA (180ml)	CENTO	1125	6,00	6.750,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
20	COPO CAFÉ (50ml)	CENTO	175	4,50	787,50	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
21	COPO DE VIDRO	DÚZIA	1	48,00	48,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
22	CORRENTE	UN	15	18,00	270,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
23	DETERGENTE	FRAS	60	3,50	210,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
24	DUCHA HIGIÊNICA	UN	40	35,00	1.400,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
25	ESPONJA PARA LOUÇA	UN	300	1,20	360,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
26	FILTRO DE PAPEL	CX	72	6,00	432,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
27	FITA PLÁSTICA	UN	2	25,00	50,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
28	GARFO SOBREMESA	PCT	80	6,50	520,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
29	GARRAFA TÉRMICA (1L)	UN	5	45,00	225,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
30	GARRAFA TÉRMICA (500ml)	UN	5	35,00	175,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios

31	GARRAÇÃO 20L	UN	23	25,00	575,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
32	GUARDANAPO PAPEL	PCT	90	4,50	405,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
33	JARRA DE VIDRO (1L)	UN	4	35,00	140,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
34	JARRA DE VIDRO (2L)	UN	4	45,00	180,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
35	LIMPA CARPETE	UN	10	25,00	250,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
36	MEXEDOR PLÁSTICO	PCT	15	10,00	150,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
37	PANO DE PRATO	UN	20	8,00	160,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
38	PEGADOR ALIMENTOS	UN	5	18,00	90,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
39	PORTA G. CHUVA	UN	1	120,00	120,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
40	PORTA GUARDANAPOS	UN	2	25,00	50,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
41	PORTA PAPEL HIG.	UN	100	25,00	2.500,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
42	PRATO FUNDO DESC.	PCT	105	7,50	787,50	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
43	PRATO RASO DESC.	PCT	145	7,50	1.087,50	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
44	SUPORTE COADOR	UN	3	12,00	36,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
45	SUQUEIRA DE VIDRO	UN	3	140,00	420,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
46	TAÇAS	DÚZIA	2	120,00	240,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
47	TAPETE (1,00x1,20)	UN	2	150,00	300,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
48	TAPETE (0,60x0,80)	UN	4	85,00	340,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
49	TERRA VEGETAL	SACO	30	15,00	450,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
50	TINTA SPRAY (PRETO)	UN	3	22,00	66,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
51	TINTA SPRAY (AMAR.)	UN	3	22,00	66,00	Lote 3	Manutenção, Segurança, Sinalização e Apoio
52	TOALHA DE MESA	UN	1	65,00	65,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
53	XÍCARAS	DÚZIA	1	180,00	180,00	Lote 2	Copa, Cozinha e Alimentícios
54	PAPEL HIGIÊNICO	PCT	408	90,00	36.720,00	Lote 1	Higiene e Sanitização (Contínuo)
55	PAPEL TOALHA	PCT	1872	8,00	14.976,00	Lote 1	Higiene e Sanitização (Contínuo)
56	SABONETE LÍQUIDO	BOMB.	276	25,00	6.900,00	Lote 1	Higiene e Sanitização (Contínuo)

Item	Especificação	CATSER/CATMAT	Un. Medida	Quantidade	Valor Un	Valor Tot
2	Papel toalha interfolhado, descartável, destinado à secagem das mãos em sanitários e áreas de uso coletivo, compatível com dispensers padrão para papel interfolhado. 100% fibras naturais de celulose virgem. Branco.	436328	Pacote com 2400 folhas	9360	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Sabonete líquido para higienização das mãos, destinado ao uso em sanitários e ambientes administrativos, compatível com saboneteiras de uso institucional. Aspecto físico líquido viscoso ou cremoso. Aroma suave. Cor característica do fabricante. pH neutro ou balanceado, adequado para uso frequente. Fórmula dermatologicamente segura, não irritante para a pele.	472873	Bombona de 5 litros	1380	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 ano(s) contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com a informação de que o objeto tenha sido prestado regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do objeto;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação é de R\$ 0.0 (zero reais e zero centavos), perfazendo o valor total de R\$ 0.0 (zero reais e zero centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto,

inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.21. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.23. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.25. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.2. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art.

138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: XXXXX;

II) Fonte de recursos: XXXXX;

III) Programa de trabalho: XXXXX;

IV) Elemento de despesa: XXXXX;

V) Plano interno: XXXXX;

VI) Nota de empenho: XXXXX;

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em

atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **João Pessoa**, Seção Judiciária de **Paraíba**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

.....
MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS
NIEDSON LUIZ DA SILVA
Superintendente Regional de Administração da SRA/PB - Substituto

.....
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1-

2-

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitações - AQUISIÇÕES COM FORNECIMENTO CONTÍNUO - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025
Código de Identificação Ger@AGU: b30e571775552258213
Código Ger@ do Edital : 1fbbf31775550633287

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES EM GERAL - LICITAÇÃO

MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS

Processo Administrativo nº 10467.000019/2026-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS
PUBLICOS, E _____.

A(O) União, por intermédio do(a) MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS, com sede no(a) Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 1705, bairro Estados, na cidade de João Pessoa/PB, CEP 58030900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.489.828/0112-70, neste ato representado(a) por NIEDSON LUIZ DA SILVA, cargo Superintendente Regional de Administração da SRA/PB - Substituto, nomeado(a) pela Portaria nº Portaria de Pessoal SSC/MGI Nº 5.015, de 23/05/2025, publicada no DOU em maio/2025, portador da Matrícula Funcional nº XXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, _____, _____, bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, _____, conforme _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 10467.000019/2026-70 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão nº 90003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição parcelada de 54 (cinquenta e quatro) itens de materiais de consumo (gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, higiene pessoal, manutenção, sinalização e suprimentos técnicos), divididos em 3 (três) lotes, para atender às necessidades operacionais da Superintendência Regional de Administração na Paraíba (SRA-PB) e das demais unidades sob sua gestão administrativa, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER/CATMAT	Un. Medida	Quantidade	Valor Un	Valor Tot
1	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM, CONFORME TR	CATMAT, CONFORME TR	UNIDADE DE MEDIDA, CONFORME TR	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 mes(es) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ () .

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, **junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento**, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda **Estadual** ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento **de** todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.23. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.25. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: XXX;
- II) Fonte de recursos: XXXXX;
- III) Programa de trabalho: XXXXX;
- IV) Elemento de despesa: XXXXX;
- V) Plano interno: XXXXX;
- VI) Nota de empenho: XXXXX;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em João Pessoa, Seção Judiciária de Paraíba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

.....
MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS
NIEDSON LUIZ DA SILVA
Superintendente Regional de Administração da SRA/PB - Substituto

.....
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1-

2-

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitações - AQUISIÇÕES EM GERAL - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025
Código de Identificação Ger@AGU: 59cb491775553521778



MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 10467.000019/2026-70

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A União, por intermédio do(a) MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, com sede no(a) Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 1705, bairro Estados, na cidade de João Pessoa/PB, CEP 58030900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.489.828/0112-70, neste ato representado(a) por NIEDSON LUIZ DA SILVA, cargo Superintendente Regional de Administração da SRA/PB - Substituto, nomeado(a) pela Portaria nº Portaria de Pessoal SSC/MGI Nº 5.015, de 23/05/2025, publicada no DOU em maio/2025, portador da Matrícula Funcional nº XXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90003/2026, processo administrativo nº 10467.000019/2026-70, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *itens de materiais de consumo (gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, higiene pessoal, manutenção, sinalização e suprimentos técnicos), divididos em 3 (três) lotes, para atender às necessidades operacionais da Superintendência Regional de Administração na Paraíba (SRA-PB) e das demais unidades sob sua gestão administrativa*, especificado(s) no(s) item(ns) XX a XX do Termo de Referência, anexo XX do Edital de licitação nº xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado da Paraíba.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*



OU

~~3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

OU

~~4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:~~

~~4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;~~

~~4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e~~

~~4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.~~

~~4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.~~

~~4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.~~

~~4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.~~

~~4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.~~

~~4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.~~

Dos limites para as adesões

~~4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.~~



4.8. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *podará ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;



5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **edital**; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subítemos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.



10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade